





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI**

**Processo:** 08093559320208180140

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE RIBEIRO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., expor alguns pontos de extrema relevância quanto ao vídeo/áudio em anexo, para ao final requerer o que se segue:

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de **fraude**.

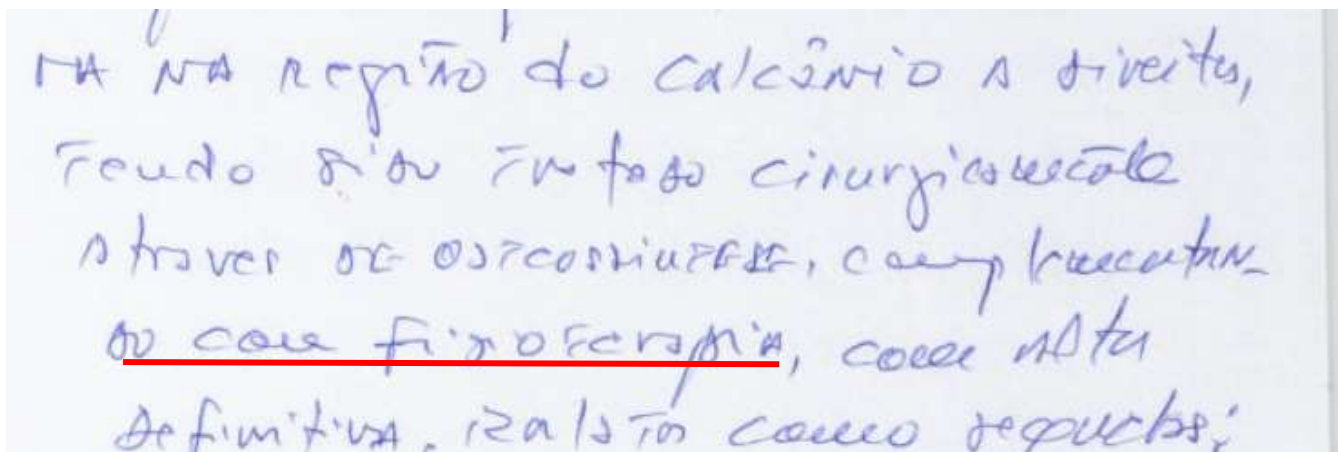
**DA ENTREVISTA PESSOAL COM A PARTE AUTORA NO CURSO DO PROCESSO EM REFERÊNCIA**

**DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

**DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES E ALEGAÇÕES DA PARTE AUTORA, QUANTO AOS DOCUMENTOS DE ATENDIMENTO MÉDICO ACOSTADOS AOS AUTOS**

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, tendo em vista ter informado a vítima em processo administrativo não ter ciência quanto a ação proposta pelo advogado e a mesma não ter comparecido na consulta de avaliação. Ainda no depoimento a vítima que não realizou a fisioterapia. Desta forma pugna bem como toda documentação juntada aos autos, em especial os documentos médicos



na região do calcâneo direito,  
tendo sido feita cirurgia aberta  
a travé os ossos metatarsais, com fratura  
do calcâneo fratura, com nota  
definitiva, razão como se segue:

**EXA., CONFORME JÁ EXPOSTO ACIMA, EM SINDICÂNCIA E ENTREVISTA PESSOAL JUNTO À PARTE AUTORA NO CURSO DO PROCESSO EM REFERÊNCIA, CONFORME VÍDEO EM ANEXO, O MESMO ALEGOU QUE JAMAIS FOI ATENDIDO PELO DR. EDIMAR MACHADO DA SILVA CRM/PI, INFORMANDO AINDA QUE SOFREU APENAS LESÕES NO TORNOZELO DIREITO!**

**ORA EXA., ALÉM DE NÃO TER SIDO ATENDIDO PELO DR. EDIMAR MACHADO DA SILVA CRM/PI, A MESMA INDICOU QUE O AUTOR, TEVE LESÕES NO CALCANHAR DIREITO, E QUE JÁ HAVIA REALIZADO O TRATAMENTO COM FISIOTERAPIA E AINDA POLITRAUMATISMO CRANIANO O QUE NÃO CONFIRMADA NO VÍDEO EM ANEXO!**

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade dos DOCUMENTOS MÉDICOS apresentados aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício a clínica Machado Dr. Edmar ao qual fez o relatório médico, e ao Hospital de Urgência de Terezinha - HUT na qual atendeu a vítima no dia da ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora BEM COMO A INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA E A **PELO DR. EDIMAR MACHADO DA SILVA CRM/PI**, PARA QUE O MESMO ESCLAREÇA O TODO EXPOSTO NA DECLARAÇÃO EM ANEXO.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, as divergências contidas entre toda a documentação médica, Boletim de ocorrência e as alegações da parte Autora no vídeo em anexo, que os mesmos atestam que inexistente nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

**COMO É DE SABENÇA NÃO SÓ É NECESSÁRIO, MAS OBRIGATÓRIA, A COMPROVAÇÃO DO NEXO ENTRE A OCORRÊNCIA DO DANO E O FATO GERADOR DO MESMO.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

TERESINA, 22 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PI 10201**

**EDNAN SOARES COUTINHO**  
**1841 - OAB/PI**